

SISTEMA FAEP



Mala Direta  
Postal

9912152808/2006-DR/PR

SENAR

CORREIOS

# BOLETIM

informativo

Ano | n° | 3 a 9 de agosto  
XXIV | 1061 | de 2009

Tiragem desta edição 24.000 exemplares

MERCADO

## O Leite Nosso de Cada Dia

Pág. 2



**Exportações do agronegócio  
garantem superávits comerciais**

Pág. 8

**Paraná precisa diversificar para  
obter mais riqueza por m<sup>2</sup>**

Pág. 12

## MERCADO

# O Leite Nosso de Cada Dia



Para alimentar os dois netos que moram com ela, a pensionista do INSS, Iris Tonatto compra diariamente quatro pacotes de 1 litro de leite tipo C a R\$ 1,38 no Armazém da Família, uma rede social de abastecimento da Prefeitura de Curitiba, que atende a população com renda familiar máxima de até três salários mensais. Os armazéns espalhados pela cidade vendem as mercadorias a preços, em média, 30% mais baixos, que o mercado. Mesmo assim, os R\$ 165,60 por mês gastos com o leite obrigam Íris a “apertar” o orçamento para chegar ao final do mês. “Tem que fazer muita economia, buscar os preços melhores e ainda falta”.

O preço do leite ao consumidor já subiu 33,94% nos sete primeiros meses deste ano, segundo indicou o IPCA-15 (Índice de Preços ao Consumidor Amplo-15), divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O aumento do preço está relacionado ao período de entressafra e a previsão é a de que torne a cair com o aumento da produção nos próximos meses. O aumento dos últimos dois meses não significa necessariamente lucro ao produtor, uma vez que os preços já estavam abaixo do preço de custo; houve aumento nos custos da produção e a valorização do dólar tornou inviável a competitividade brasileira, tornando mais atrativa a im-

portação e aumentando a concorrência interna. A seca também não permitiu a produção e a reserva de alimentos na propriedade, encarecendo o trato do rebanho e trazendo um grande aumento de gastos.

No Paraná, dados divulgados pela SEAB/DERAL comprovam os aumentos verificados em produtos de alimentação do rebanho bovino: de maio 2008 para maio 2009 a ração balanceada para vaca leiteira aumentou 7,32%, o concentrado teve alta de 4,72%, o feno de aveia aumentou 12%.

## Reposição de preços

Segundo o presidente do Sindicato da Indústria do Leite, Wilson

Thiesen, o que está ocorrendo é uma reposição dos preços que em 2007 estiveram num patamar mais alto do que o atual. De maio de 2008 a maio de 2009, houve queda de 12% no preço do litro de leite recebido pelo produtor paranaense, passando de R\$ 0,67 para R\$ 0,59. Em junho, com a continuidade da escassez de matéria prima, os preços atingiram R\$ 0,63/litro, segundo dados SEAB/Deral.

Thiesen, explica que além dos problemas inerentes a atividade, o produtor sofre a pressão do consumidor que entende que o leite é um produto que tem que ter preços baixos. “Mas ele desconhece os aspectos que envolvem a produção”.

O Paraná produz aproximadamente 2,7 bilhões de litros/ano, sendo o terceiro maior produtor de leite, atrás de Minas Gerais (7,3 bilhões) e Rio Grande do Sul (2,9 bilhões). O rebanho paranaense de gado leiteiro é formado por aproximadamente 1,3 milhão de animais e o número de produtores comerciais chega a quase 100 mil.

## Tempo e câmbio

Para o pecuarista Lauro Mayer o último mês apresentou sinais de melhora nos preços, mas ele ainda busca formas para driblar as dificuldades. Ele passou a receber R\$



Iris Tonatto

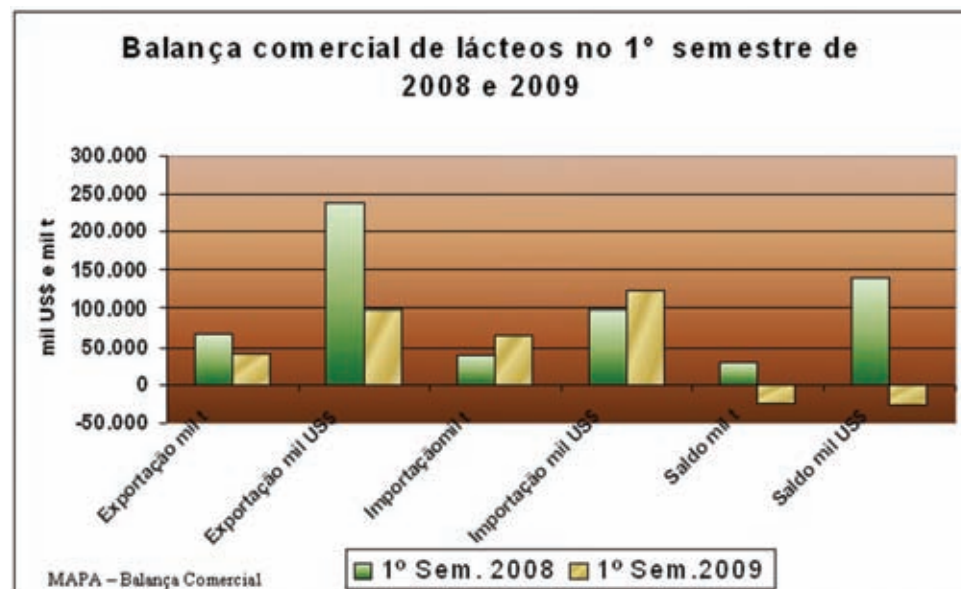
0,79 pelo litro, ante os R\$ 0,60. “Já tá compensando um pouco”, avalia Mayer que compensa o baixo preço com o gado de corte. Medidas como estocar uma boa quantidade de silagem para o inverno e o sistema de confinamento ajudaram o produtor a equilibrar os custos. “Tudo ajuda. Vai empatando de um lado, se livrando do outro”. Ele ordenha 50 vacas na propriedade na região dos Campos Gerais, no município de Palmeira.

O presidente da Comissão Técnica de Bovinocultura de Leite da Federação da Agricultura do Para-

ná (FAEP), Ronei Volpi, explica que os preços baixos não foram a única adversidade enfrentada pelo produtor no último ano. “Tivemos grandes oscilações de preços num período muito curto de tempo. Para prejudicar ainda mais houve excesso de seca no verão, seguido de excesso de chuvas e a situação cambial que tornam muito difícil planejar a atividade a médio ou longo prazo”.

O câmbio desfavorável, com a valorização do real é outro fator que tem contribuído para as dificuldades enfrentadas pelo setor. Um balanço sobre o primeiro semestre do setor leiteiro do Paraná, realizado pela engenheira agrônoma Maria Sílvia Digiovani, da Comissão Técnica de Bovinocultura de Leite da Faep mostra que no segundo semestre de 2008, os preços caíram abaixo dos níveis históricos, resultado da sobra de leite no mercado com a redução das exportações. A crise teve início em 2007, quando houve altos investimentos do setor para atender a demanda que crescia com o aquecimento da economia de países em desenvolvimento.

Em 2007 uma tonelada de leite em pó foi comercializada internacionalmente por até US\$ 5.500,00, porém em junho de 2009 o preço atingiu US\$ 2.300/t na União Européia e US\$ 1.829,00/t na Nova Zelândia,



países que balizam os preços mundiais, já que União Européia e Oceania são os maiores exportadores de lácteos. Os preços aos produtores estão mundialmente abaixo dos custos de produção. Prova disso são os constantes protestos de produtores mundo afora que vêm ocorrendo desde o começo deste ano, buscando melhoria nos preços. No início de 2009 produtores fizeram manifestações públicas exigindo apoio dos governos para conter a queda dos preços. Assim foi no Brasil, em países europeus, na Argentina, no Chile e outros.

### De exportador a importador

Com os preços baixos praticados no mercado internacional o Brasil passou da condição de exportador conquistada em 2004, para a de importador de leite em pó. Nos últimos seis meses as importações foram maiores que as exportações. Em 2008 a balança comercial bateu recorde, com um saldo de US\$ 166,8 milhões. Os principais fatores para essa situação são a valorização do real frente ao dólar associado à baixa cotação dos produtos no mercado internacional, notadamente do leite em pó que é o produto mais importado pelo Brasil, sendo Argentina e Uruguai os grandes fornecedores. A Confepar, empresa do norte paranaense, reduziu sua

produção de um milhão de litros por dia em 2008 para 600 mil litros/dia este ano e está trabalhando com 50% da sua capacidade produtiva. Com 25 anos no mercado, a empresa exportava seu excedente para a América Latina, Oriente Médio e África, mas com os baixos preços, a exportação tornou-se inviável. “Atualmente o leite do Brasil é um dos mais caros do mundo”, afirma o presidente da Confepar, Renato Beleze.

O aquecimento da economia mundial deve impulsionar o consumo, motivo que faz com que Beleze acredite numa retomada das exportações até o final do ano.

Já Thiesen é mais cauteloso. “O mercado externo afeta a produção local. Se não houver reação do mercado internacional a produção nacional terá prejuízo. Com o aumento de produção somado aos preços baixos de outros países teremos excedentes”.

O alto volume importado chamou a atenção da FAEP e da CNA, que alertaram os órgãos competentes que já tomaram as providências cabíveis como a adoção de licença não automática para importação e a fixação de preço mínimo para o produto importado, além de acompanhamento do destino dado ao leite em pó. O resultado já é uma diminuição das importações.

Tais medidas se fazem necessá-

rias para impedir que grande quantidade de leite em pó comprado a preços abaixo do custo de produção nacional (muitas vezes apenas por oportunismo) cause maiores prejuízos aos produtores e indústrias domésticas.

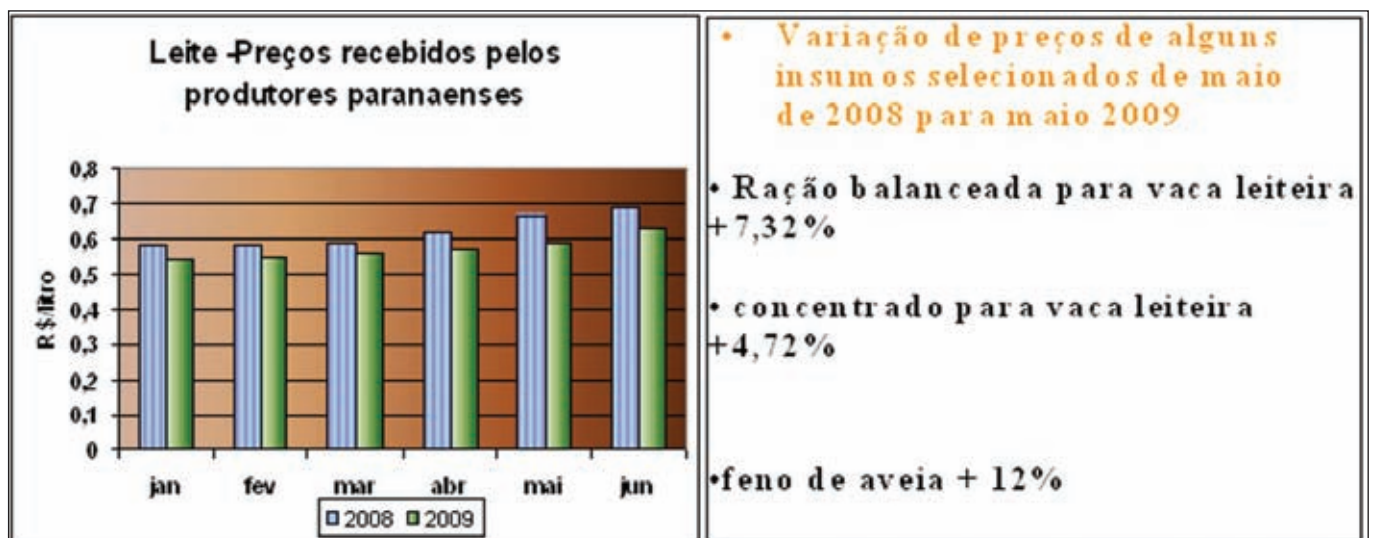
Considerando que são necessários 10 litros de leite para fazer 1 kg de leite em pó, só de matéria prima 1 kg do produto custa R\$6,30 – considerando o valor médio do litro R\$ 0,63 e uma tonelada custa R\$ 6.300,00. Transformando em dólar (dólar a R\$ 1,89) chega-se ao custo de US\$3.300,00/tonelada, sem considerar os custos industriais.

Neste momento os exportadores nacionais não têm condições de competitividade no mercado internacional, onde o produto é comercializado por cerca de US\$ 2.000,00 por tonelada. Por outro lado, cresce o apetite por importações que estão sendo controladas por mecanismos do Ministério da Agricultura e da Fazenda.

### Concorrência

Uma dificuldade específica do Paraná é a concorrência no mercado interno de outros estados que se beneficiam com a legislação tributária. Apesar de ter muitas indústrias, grande parte do leite longa-vida comercializado no Paraná vem de outros estados, como Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

## Comparativo da variação dos preços de leite aos produtores e de insumos selecionados



## RECORDE

# Safra de trigo no Paraná pode chegar a 3,37 milhões de toneladas

O Paraná deverá colher uma safra de trigo em 2009 de 3,37 milhões de toneladas, o que seria um recorde para o Estado se as condições climáticas continuarem favoráveis para o desenvolvimento da cultura, estimou o Departamento de Economia Rural (Deral), da Secretaria estadual da Agricultura. O órgão do governo paranaense revisou para cima a estimativa de produção de trigo. Até o mês passado, o Estado previa colher neste ano 3,2 milhões de toneladas.

Essa pode ser a segunda boa safra seguida de trigo no Paraná, o maior produtor brasileiro do cereal. Em 2008, o Estado colheu 3,21 milhões de toneladas.

Para o agrônomo do Deral, Otmar Hubner, se a estimativa se confirmar vai ser a maior safra desde 1986/87, quando o Estado colheu 3,25 milhões de toneladas. Os agricultores paranaenses elevaram em 9 por cento a área plantada com trigo neste ano, para 1,26 milhão de hectares, segundo dados atualizados pelo Deral, o que explica a maior expectativa de produção, além do tempo que tem sido benéfico, de maneira geral -- as chuvas não faltaram até o momento.

Segundo Hubner, no ano passado, o produtor teve um resultado muito bom com trigo em termos de produtividade, e isso deu uma animada para o plantio deste ano. Uma boa safra no Paraná, que colhe mais da metade do trigo do Brasil tradicionalmente, garante ao país boa oferta e reduz a necessidade de importações. O país não é autossuficiente no cereal. O agrônomo admitiu que a seca que afetou algumas lavouras de milho safrinha (segunda safra) nos estágios iniciais da cultura fez com que muitos produtores de-



sistissem do grão e optassem pelo trigo este ano.

Trigo e milho competem por área no plantio de inverno no Estado, mas Hubner destacou que o Paraná tem áreas suficientes para plantar os dois cereais em grandes extensões.

Hubner observou também que a safra de trigo ainda tem um longo caminho para que se garantam as boas produtividades previstas até o momento, de 2,68 toneladas por hectare. Ele lembrou ainda que o produtor paranaense tem investido cada vez mais em tecnologia, o que explica a boa produtividade prevista.

Outro fator que poderia explicar o plantio maior neste ano é a política governamental para o setor, que elevou os preços mínimos para esta temporada, além de outros programas para apoiar a comercialização do Ministério da Agricultura.

O Paraná praticamente encerrou a semeadura de trigo, com o plantio sendo realizado em 97% da área prevista. Cerca de 48% da safra está em desenvolvimento vegetativo, 28% em floração, 16% em frutificação e 3% em maturação.

**Milho safrinha** - O Deral ainda elevou a estimativa para a segunda safra de milho de 4,5 milhões de toneladas em junho para 4,76 milhões. Ainda assim, a estimativa de colheita para este ano representa uma queda de 17% em relação à temporada passada, quando o Estado, maior produtor brasileiro de milho, colheu 5,7 milhões de toneladas na safrinha.

A safrinha de milho foi atingida por seca no início do plantio e também por geadas em junho. O Paraná já colheu 29% da sua segunda safra de milho. (Com informações da Gazeta do Povo).

**Essa pode ser a segunda boa safra seguida de trigo no Paraná, o maior produtor brasileiro do cereal.**

## DESENVOLVIMENTO SINDICAL

# Lições de cidadania

**Matelândia**

Num caminho de ida e volta, a FAEP promove o Programa “Desenvolvimento Sindical”, desde 2007, por seus técnicos e consultores junto a 139 Sindicatos Rurais. É o mais completo programa da Federação, porque dá instrumentos, treinamento e ferramentas aos líderes sindicais, provocando um efeito multiplicador em seus municípios.

São lições de cidadania, onde se exige planejamento e execução em várias áreas como o desenvolvimento de lideranças; negociação; parcerias; mobilização; visão macroeconômica; poder e participação política.

No início do Programa, os representantes dos Sindicatos recebem instruções para elaborar um Plano Estratégico da sua entidade. Para acompanhar o trabalho, o Departamento Sindical desenvolveu com a Informática da FAEP um software permitindo ao próprio Sindicato fazer a gestão de suas ações. “Cabe ao Sindicato utilizar esse softer e a nós

prestar eventuais assessorias”, afirmam Kelli Cristine Cardoso e Eleutério Czornei, que coordenam o Programa do Departamento, “são pelo menos três visitas de acompanhamento por ano”. Além disso, relata o consultor e economista Onildo Benvenho, “o Programa aborda temas como o Mapa do Poder, Cadeias Produtivas e Formação de Preços, além de um fórum para troca de experiências”. O Estado, os Três Poderes, as Entidades, as Competências e a Participação Popular formam o mosaico do “Mapa do Poder”.

**OS PPA's**

No painel sobre o “Mapa do Poder” se insere a capacidade de mobilização dos sindicatos para identificar as aspirações de seus associados e da sua comunidade. Uma maior atuação nos municípios, base dos sindicatos rurais, é a avaliação e discussão do PPA – Plano Plurianual, que os atuais prefeitos,

empossados em janeiro passado, devem aprovar até o final do ano, compreendendo ações para os próximos quatro anos. “As melhorias ou não na vida dos municípios dependem do PPA, se não houver envolvimento do Sindicato Rural, propostas podem simplesmente serem esquecidas”, diz Onildo.

E o momento dos Sindicatos entrarem em ação é agora. Boa parte já ouviu em suas bases as aspirações dos produtores rurais, mas muitos ainda não perceberam a importância de discutir e mesmo pressionar as Prefeituras. O prazo para a mobilização dos produtores em cada município para sugerir e incluir ações no PPA termina dia 30 de agosto, quando é entregue à Câmara de Vereadores. Depois disso, só mediante emendas parlamentares na própria Câmara, cujo prazo final é 15 de dezembro. Estradas rurais, pontes, postos de saúde, transporte escolar-rural, disponibi-

lidades de técnicos agrícolas, contratação de professores foram algumas das necessidades que já foram apresentadas na maioria dos municípios do Estado, num exercício pleno de cidadania.

### Chopinzinho e Matelândia

Os bons resultados do “Desenvolvimento Sindical” podem ser visualizados em diversos municípios. Em Chopinzinho, 20 mil habitantes, a 400km de Curitiba, no sudoeste paranaense, por exemplo, o presidente do Sindicato, Rubenei Melotto, afirma que “o nosso Sindicato deu uma alavancada na sua organização e no seu papel institucional”. Ao ponto de surgir a Codagri – Cooperativa de Desenvolvimento Agroindustrial e o Conselho de Sanidade Agropecuário reunir os esforços do Sindicato, produtores e do município para a prevenção da brucelose e aftosa. “O pessoal de Rebouças esteve aqui para adotar o nosso modelo do CSA”, conta orgulhoso Melotto, lembrando que “toda coruja se gaba do seu toco”. Ele credita os avanços do Sindicato à toda a Diretoria, eleita em 2007.



Chopinzinho

Em Matelândia, a 580 quilômetros de Curitiba, cerca de 18 mil habitantes, no oeste paranaense, o Sindicato Rural está em parceria com Cooperativas, Prefeituras, Câmaras de Vereadores e outros sindicatos da região na Associação dos Produtores Rurais do Parque Nacional do Iguaçu e Lago de Itaipu. Em razão das restrições ambien-

tais para atividades agropecuárias em torno do Parque, a Associação foi criada, reuniões realizadas e se movimentou a mídia e parlamentares. O resultado foi a mudança da legislação, alterando-se as distâncias antes exigidas para o plantio em áreas próximas ao Parque Nacional, sem afetar o meio ambiente.

## Região de Londrina inicia fortalecimento dos CSA's

Técnicos da Emater e da Seab estiveram reunidos no dia 23, em Londrina, com a presença de autoridades e lideranças de 19 municípios para dar continuidade ao processo de fortalecimento dos conselhos de sanidade agropecuária municipais (CSA's).

Segundo o médico veterinário Ângelo Garbossa Neto, integrante da Comissão Executiva do Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária, pelo Emater, este encontro de Londrina é para atrair a atenção da região sobre os problemas da sanidade animal e vegetal constituindo um conselho atuante com ações planejadas de médio e longo prazo em cada município. “Já temos 170 planos municipais prontos”, garante Garbossa.

Serão realizados ainda encontros municipais onde os consultores do Senar, “estarão sensibilizan-

do lideranças locais na reativação ou criação do conselho e em seguida planejando as ações para no mínimo dois anos, resultantes da visão das próprias lideranças” destaca Ronei Volpi, superintendente da instituição.

“No plano de ação integrada de cada CSA local devem estar contempladas todas as questões pertinentes à sanidade animal e vegetal”, lembra Silmar Büher, do Departamento de Fiscalização da Seab, como o avanço da erradicação da febre aftosa, aumento do índice de vacinação contra a brucelose e o uso criterioso dos agrotóxicos.

Ildefonso José Haas, gerente regional do Emater de Londrina, considera que as ações passam por questões ambientais. Dentre o rol de componentes do plano está a proposta de expansão para os municípios do Programa Acerte o Alvo, su-

gerida por Gil Abelin, Chefe do Núcleo da Seab de Londrina.

Para o ex-secretário da agricultura Antônio Leonel Poloni e atual assessor da direção da Faep “a implementação deste programa comprova o amadurecimento dos setores público e privado, gerando a grande oportunidade do Paraná em se destacar no Brasil e exterior, como a melhor estrutura de vigilância sanitária vegetal e animal, se tornando referência em competitividade nos mercados consumidores”.

Dos cinco conselhos existentes que integravam a região dos 19 municípios, o único que se manteve é o Conselho de Sanidade Agropecuária de Londrina com ações em Ibiporã e Tamarana, coordenado pelo Sindicato Rural de Londrina. O evento também foi realizado no dia 22 em Cornélio Prócopio e Jacarezinho.

**MERCADO / CONJUNTURA AGROPECUÁRIA****Gilda Bozza**

Gilda Bozza é economista do DTE/FAEP

**AGRONEGÓCIO****Mesmo em queda, exportações sustentam superávits comerciais do Paraná**

A queda nos preços das principais commodities exportadas e a demanda internacional ainda retraída são as variáveis responsáveis pelo resultado negativo na balança do agronegócio paranaense no acumulado janeiro/junho de 2009. Segundo dados da Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio, do Ministério da Agricultura, no primeiro semestre deste ano as exportações somaram US\$ 4,22 bilhões, uma queda de 16% em comparação ao mesmo período do ano passado (US\$ 5,01 bilhões).

A crise econômica mundial aumentou a importância dos produtos agrícolas nas exportações, se fo-

rem observadas as dificuldades de comercialização de bens de capital e de consumo no atual momento da economia global. Com isso, o agronegócio paranaense passou a responder por 76% das exportações totais no primeiro semestre e garante os superávits comerciais.

Os complexos agroindustriais da soja, carnes, sucroalcooleiro e milho são responsáveis por 83% das exportações, gerando divisas de US\$ 3,51 bilhões.

O Paraná ocupava até 2008 a segunda posição no ranking das exportações brasileiras, mas vem perdendo a posição com a entrada do Mato Grosso, que deslocou o estado e assumiu a segunda posição. No

primeiro semestre deste ano, o Paraná foi jogado para a quarta posição, ultrapassado pelo Rio Grande do Sul.

**Complexo Soja**

O complexo soja (grão, farelo, óleo bruto e óleo refinado) continua na liderança das exportações, com receita de US\$ 2,18 bilhões, resultado do ritmo mais acelerado da soja em grão.

**Complexo Carnes**

O grupo carnes (aves, bovina, suína e outras) somou US\$ 815 milhões contra US\$ 1,02 bilhão, apontando uma queda de 21% em relação ao 1º semestre de 2008.



## Complexo sucroalcooleiro

A queda da produção mundial de açúcar gerou menor oferta, e consequentemente aumento nos preços internacionais. Como o Brasil detém capacidade de atender a demanda insatisfeita, a oportunidade de exportação foi bem aproveitada. No Paraná, as exportações do açúcar bruto passaram de US\$ 313 milhões para US\$ 326 milhões.

## Cereais e farinhas

As exportações de milho em grão, principal produto do grupo, alcançaram um volume de 1,24 milhão de toneladas e receita de US\$ 192 milhões.



## Para União Europeia queda é de 38%

Por destino das exportações, é importante ressaltar a queda nos fluxos comerciais nos principais blocos econômicos, com exceção da Ásia e Oriente Médio, que apresentaram crescimento de 17% e 14%, respectivamente. As exportações para a União Europeia apontaram queda de 38%. Para o Mercosul a queda foi de 54%.

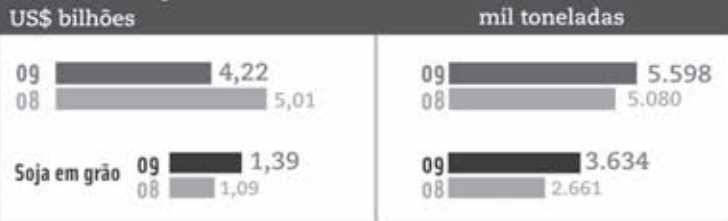
Fabiano Lorenzi - Estagiário

## Exportações do agronegócio | 1º semestre de 2009-2008

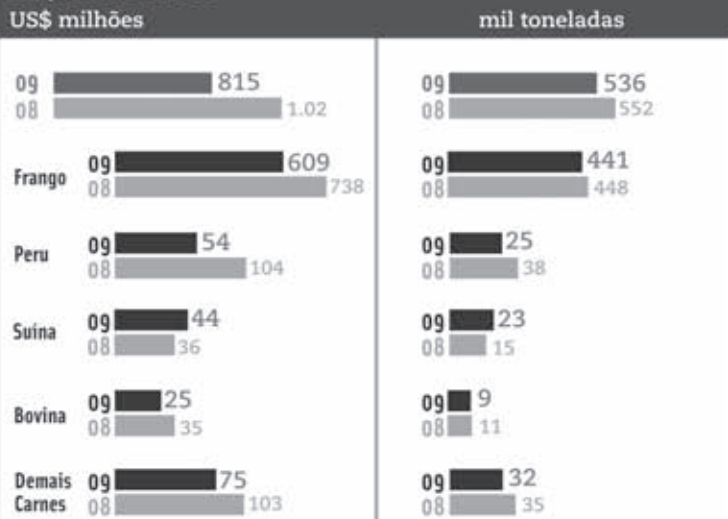


83% das exportações é resultado dos complexos da soja, da carne, da cana-de-açúcar e do milho

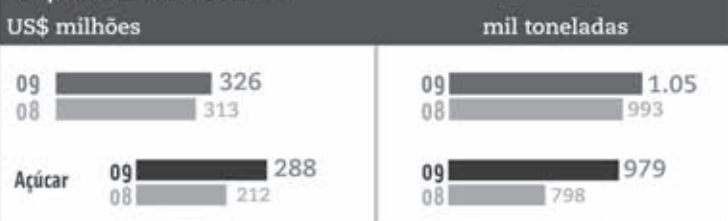
### Complexo da Soja



### Complexo das Carnes



### Complexo Sucroalcooleiro



### Complexo Cereais, farinha e preparações



Elaboração: DTE/FAEP | Infografia: ASCOM/FAEP | Fonte: MAPA, SRI e AGROSTAT.

## PREÇOS MÍNIMO E DÍVIDAS

# FAEP reivindica medidas urgentes para reduzir crise na cafeicultura

Uma das medidas urgentes para o produtor de café sair do sufoco é o estabelecimento do preço mínimo de R\$ 355,00, compatível com o custo de produção, além do reescalonamento das dívidas do setor de todos os contratos, vencidos ou a vencer, uma vez que o cafeicultor não tem atualmente condições de cumpri-los. Essas e outras reivindicações foram enviadas terça-feira (28/07) ao ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, em ofício assinado pelo presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette.

Segundo ele, o cafeicultor do Paraná passa por uma grave crise e desde 2000 o setor vem lutando contra preços baixos e custos de produção elevados. Comparando o salário-mínimo com o preço do café recebido pelo produtor conclui-se que, em 1998, uma saca de café valia cerca de 1,82 salário-mínimo, hoje representa apenas 0,48. Isso fez com que o custo de mão-de-obra aumentasse 273% nos últimos dez anos, compara Meneguette.

Outro parâmetro utilizado para comparar a perda de receita do produtor é o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), que variou 128,40% de 2000 para cá, enquanto o preço da saca de café ao produtor se manteve estável.

Ágide Meneguette lembra que o Paraná, que já foi o maior produtor mundial de café, erradicou mais de sete mil hectares da cultura em 2009

e figura atualmente como sexto Estado produtor. "Muitos produtores se desfizeram de seu patrimônio para cumprir suas obrigações e a maioria está endividada".

Além dos problemas de preço e custo, diz Meneguette, o produtor é prejudicado pela mistura de impurezas no café torrado e moído. Essa medida reduz a demanda do café em grãos e causa distorções no mercado.

## Solicitações da FAEP

- ✓ Estabelecer o preço mínimo de R\$ 355,00, compatível com o custo de produção;
- ✓ Reescalonar as dívidas do setor de todos os contratos, vencidos ou vincendos, uma vez que o produtor não tem condições de cumpri-los;
- ✓ Aceitar nos reembolsos das operações de Funcafé, o café beneficiado;
- ✓ Estabelecer ações para gerar estoques reguladores, que pode ser viabilizado com a implementação da proposta acima;
- ✓ Disponibilizar maior número de contratos de Opções de venda;
- ✓ Agilizar o processo de implementação do regulamento técnico de qualidade para o café torrado e moído, conforme Consulta Pública 49/2009 do Ministério da Agricultura;
- ✓ Implementar a fiscalização de impurezas no café torrado e moído.

## PARA O TRIGO

# Escoar estoques remanescentes e apoiar a comercialização

A colheita de trigo terá início em agosto e se estende até dezembro, mas a comercialização está praticamente travada com os preços abaixo do custo de produção. A saca de 60 quilos é cotada em média a R\$ 27,92 ou R\$ 465,33/tonelada para um preço estipulado pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGMP) do governo de R\$ 555,00/t.

Para diminuir a situação de crise em que se encontra o setor, o presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, solicita ao Ministério da Agricultura medidas de apoio à co-

mercialização, principalmente para escoar os estoques remanescentes da safra 2008 do trigo paranaense para outras regiões, tendo em vista a entrada da nova safra, e simultaneamente lançar os instrumentos de apoio para garantir renda aos produtores.

Segundo Meneguette, no dia 30 de julho a Conab fará leilão para Prêmio para o Escoamento de milho do centro-oeste e de 100 mil toneladas de trigo, safra 2008, produzido no Rio Grande do Sul. "O Paraná, apesar dos problemas com armazenagem, não

foi incluído", questiona.

Confira as propostas da FAEP para regularizar a situação do setor:

- ✓ Lançamento imediato de contratos de opção de venda da safra 2009 para trigo com exercício em dezembro para garantir renda aos produtores;
- ✓ Ofertar Leilões de Prêmio para o Escoamento do Produto (PEP), como já acontece no Rio Grande do Sul;
- ✓ Retirar o estoque público de trigo para escoamento em outros estados.

## SECA E GEADA NO PARANÁ

# Medida do governo federal não resolve dívidas rurais

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou dia 29 de julho a Resolução Bacen 3.766 que dispõe sobre a concessão de prazo adicional para reconhecimento de situação de emergência nas regiões atingidas por enchentes ou por seca.

A normativa prevê renegociação de dívidas diferenciadas para os produtores rurais que tiveram perdas em decorrência de estiagem nos municípios do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e São Paulo que tenham decretado situação de emergência entre 1º de dezembro de 2008 e 13 de maio de 2009, reconhecido pelos respectivos governos estaduais até 15 de julho de 2009.

O governo federal apenas alterou a data de homologação do governo estadual, antes previsto para 15 de junho e passou para 15 de julho. Com a modificação, agora o Paraná conta com dezesseis municípios em situação de emergência dentro das regras de renegociação de dívidas, antes eram onze. (Veja tabela dos municípios beneficiados)

Um fato novo que ocorreu não foi levado em consideração pelo governo federal ao editar essa medida. A seca atingiu o Paraná em dois momentos, novembro/dezembro de 2008 e depois em março/abril de 2009. Em junho e julho o estado foi castigado pela geada.

Na segunda quinzena de julho a chuva em excesso tem comprometido ainda mais a produção e qualidade do milho safrinha. "Os produtores vão negociar esse milho por R\$ 8,00 a saca", afirma José Antonio Borghi, presidente do Sindicato Rural de Maringá.

Mesmo diante desse quadro de adversidades climáticas, parece que o Ministério da Fazenda e o Banco Central não se sensibilizaram com

## Municípios em situação de emergência

Município	Decreto Municipal	Data	Decreto Estadual	Data
Barracão	132/2009	30-abr-09	4.852	3-jun-09
Bom Jesus do Sul	312/2009	23-abr-09	4.518	20-mai-09
Fenix	006/2009	10-fev-09	5.026	1-jul-09
Floresta	13/2009	7-jan-09	4.958	24-jun-09
Iporã	72/2009	8-mai-09	4.852	3-jun-09
Itaipulândia	146/2009	16-mar-09	4.710	6-mai-09
Itambé	008/2009	13-jan-09	5.024	1-jul-09
Itapejara do Oeste	053/2009	22-abr-09	5.024	2-jul-09
Japurá	011/2009	5-jan-09	5.059	7-jul-09
Quinta do Sol	005/2009	2-fev-09	4.510	1-abr-09
Renascença	1090/08	21-dez-08	4.367	6-mar-09
Santa Helena	049/09	09-jan-09	4.852	3-jun-09
Santa Terezinha de Itaipu	188/2009	1-abr-09	4.639	24-abr-09
São Jorge do Patrocínio	021/2009	23-abr-09	4.748	15-mai-09
São Pedro do Ivaí	016/2009	13-jan-09	4.639	24-abr-09
São Tomé	058/2009	19-dez-08	5.102	14-jul-09

Fonte: Defesa Civil Estadual do Paraná

os problemas dos produtores. Há também dificuldades das prefeituras decretarem situação de emergência, pois temem perder recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) no ano seguinte.

Estima-se que mais de 150 municípios no Paraná sofreram com a seca, geada e excesso de chuvas, mas somente 35 decretaram situação de emergência e 16 estão dentro da regra do governo federal para equacionar as dívidas dos produtores. Portanto, a regra de situação de emergência não resolve os problemas de endividamento. O seguro rural e o Proagro devem pagar sinistros na ordem de R\$ 400 milhões. A seca e geada no Paraná já registraram prejuízos superiores a R\$ 4 bilhões aos produtores devido à frustração de 6,9 milhões de toneladas. A estiagem e a geada reduziram até o momento a safra de uma estimativa inicial de 32,2

milhões de toneladas para 25,3 milhões de toneladas.

Para socorrer os produtores que foram prejudicados pela estiagem, porém, não estão nos municípios de situação de emergência, a FAEP solicitou ampliação das regras de acesso à renegociação. Como o governo não atendeu ainda essa reivindicação, a Federação recomenda que nas operações de custeio o produtor que não está nos municípios enquadrados, solicite prorrogação conforme o Manual do Crédito Rural (veja página 19). Para os investimentos a FAEP ainda vai brigar por uma regra mais justa que atenda os produtores.

A FAEP recomenda aos produtores que estão nos 16 municípios que solicitem até o dia 15 de agosto a renegociação de dívidas de custeios ou investimentos. Para os produtores que têm parcelas dessas dívidas vencendo entre 15 de agosto e 30 de dezembro, recomenda-se que o pedido seja feito antes do vencimento.

## PARANÁ

# Diversificar para obter mais riqueza por m<sup>2</sup>

**Sul e Sudeste terão que se especializar em produtos mais sofisticados**

A geografia da produção e escoamento das commodities agrícolas está se expandindo no País e exige adaptação dos produtores paranaenses. Calcula-se que em 10 anos o Brasil irá suprir mais de 50% do comércio internacional de oito das principais commodities – um crescimento sustentado pelo Centro Norte e Centro-Oeste. O Sul e o Sudeste, pioneiros desta expansão, terão que se especializar em produtos mais sofisticados e na exportação de contêineres.

“No Sul, aqueles que têm tecnologia, boa escala e terras próprias vão poder continuar no que produzem hoje. Já os pequenos e os que cultivam em topografia acidentada precisam buscar alternativas mais rentáveis”, aconselha Luiz Antonio Fayet, consultor de Logística e Infraestrutura da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Ele cita o exemplo de Marialva, no Norte paranaense, que se tornou um pólo produtor de uvas, agregando renda e qualidade de vida aos produtores. “Por que Marialva conseguiu achar uma atividade que dá grande riqueza por metro quadrado e outros municípios não? É esta busca de incentivo, de transformação cultural que precisamos fazer no Paraná. Ajudar os produtores de outras regiões a descobrir essas oportunidades e aproveitá-las com qualidade e eficiência”.

Luiz Antonio Fayet fez, dia 27, palestra a integrantes do SENAR-PR e do Departamento Técnico-Econômico da FAEP.

Algumas mudanças devem ser profundas e estruturais. Fayet observa que não é sustentável man-



**Luiz Antonio Fayet**

ter o modelo atual de transporte de grãos, em que uma carga de soja viaja por mais de dois mil quilômetros em cima de caminhão. O País terá inevitavelmente de encontrar soluções mais sensatas. Entre as alternativas, já exploradas parcialmente, estão as hidrovias que ligam as novas regiões produtoras ao Atlântico Norte. Exportar pelo Terminal de Grãos de São Luís (Tegram), no Maranhão, por exemplo, representa uma economia de quatro dias de navegação em relação aos portos do Sul e Sudeste – como Santos e Paranaguá. A obra de ampliação do Tegram está atrasada em quatro anos, apesar de constar do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal

Para quem duvida que os investimentos em hidrovias virem realidade, Fayet responde que, cedo

ou tarde, irá acontecer. Há investidores privados ávidos para financiar esses projetos. “A implantação de hidrovias é uma questão lógica, de economicidade e sobrevivência”, diz o economista.

Outra mudança a caminho é a reestruturação e abertura da navegação de cabotagem (entre portos do País). O modelo atual reserva este mercado a companhias marítimas brasileiras, fazendo com que custe a mesma coisa mandar um navio de Paranaguá para Xangai, na China, ou para o Nordeste brasileiro. “Existe uma imensa quantidade de produtos que poderia ser transportada pela nossa costa marítima, descongestionando as rodovias e reduzindo a necessidade de subsídios para deslocar grande parte das safras agrícolas”, afirma Fayet.

Ainda em relação aos portos, o consultor da CNA vê como fundamental liberar totalmente o setor privado para construir e operar terminais privativos para o uso público. Tanto nos rios como na costa marítima, diante da dificuldade financeira para investimentos do setor público e a morosidade operacional de seus procedimentos.

O exemplo mais dramático é o caso do Tegram, já citado, que teve em 2007 uma demanda para exportar cinco milhões de toneladas. Como a capacidade é de apenas dois milhões de toneladas, o restante foi deslocado para os congestionados portos do Sul e Sudeste,

encarecendo a logística e deprimindo os preços pagos aos produtores em todo o País. Em 2007, os produtores de Sorriso, no Mato Grosso, gastavam mais de 50 % do valor recebido por saca para arcar com o custo de transporte e logística – US\$ 100 por tonelada.

### Dinheiro perdido

Concentrado em sua atividade no campo, o produtor às vezes pode não enxergar com clareza onde estão os problemas que levam sua renda embora. Fayet cita o Porto de Paranaguá como um exemplo grave disto. O porto não fez dragagem adequadamente.

Para evitar o risco de encalhar, um navio para a China com capacidade de 60 mil toneladas sai de Paranaguá só com 50 mil toneladas. “Essa perda de 10 mil toneladas no frete representa para o produtor rural uma perda de R\$ 1,70 por saco. Faça a soma e veja a fortuna jogada pelo ralo”, observa. Houve no passado recente fila de até 60 dias para navios atracarem em Paranaguá. “Às vezes, o pagamento pela espera do navio é maior do que o próprio valor da carga. É em cima destes problemas, que lesam o patrimônio e a renda do produtor, que a FAEP e a CNA trabalham”, conclui Fayet.

## Custo do transporte é o pior

O Brasil terá um retorno muito mais rápido e maior se concentrar os esforços para diminuir o custo do transporte, comparando-se ao que é possível obter nos tratados comerciais. É o que revela um estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Se o custo de transporte diminuísse 10% no Brasil, as exportações para os Estados Unidos aumentariam 43%. Em contrapartida, um corte de 10% nas tarifas de importação americanas significaria alta de apenas 1,9% nos embarques. O cálculo do BID pressupõe que seriam mantidos estáveis os demais fatores, como câmbio e crescimento da economia.

O Brasil é o segundo país da região que mais lucraria com uma melhor infra-estrutura, só atrás da Argentina, segundo reportagem do jornal Valor Econômico. Na média, uma redução de 10% no custo de transporte permitiria que as exportações de nove países latino-americanos para os EUA aumentassem 39%, enquanto corte idêntico nas tarifas representaria menos de 2% de alta. O grupo inclui Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Peru, Paraguai e Uruguai.

O raciocínio não vale só para os Estados Unidos, cujas tarifas de

importação estão entre as mais baixas do planeta. Mesmo para os vizinhos da América Latina, o impacto do custo da infra-estrutura ruim é grande. Uma redução de 10% no frete significaria alta de 39% nas exportações brasileiras para a região. Já o corte de 10% nas tarifas resultaria em ganho de 6,3%.

Reduzir o custo de transporte

também teria um impacto significativo na diversificação da pauta exportadora, porque tornaria competitivos produtos que hoje a região não consegue exportar. Um declínio de 10% nos custos do frete aumentaria em 26% o número de mercadorias diferentes que o Brasil exporta para os Estados Unidos, por exemplo.



# Consecana Paraná divulga projeção e preços da cana-de-açúcar

## RESOLUÇÃO Nº 5 - SAFRA 2009/2010

### PREÇO DO ATR REALIZADO EM JULHO / 2009

Safra 2009/2010 - preços em reais à vista

#### PREÇO DOS PRODUTOS - PVU - SEM IMPOSTOS

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	1,95%	32,65	2,34%	33,36
AME	41,01%	26,52	38,48%	26,65
AEAd - ME	2,23%	664,00	3,88%	891,74
AEAd - MI	5,95%	791,18	9,06%	711,99
AEAof	0,17%	837,27	0,16%	775,03
AEHd - ME	22,85%	584,13	14,61%	587,72
AEHd - MI	25,77%	686,58	31,20%	622,38
AEHof	0,06%	733,85	0,27%	664,24

Obs: 1) AEAd - ME+MI+of

8,36% 758,20 13,10% 766,35

AEHd - ME+MI+of

48,67% 638,55 46,08% 611,69

#### PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	1,95%	0,3702	2,34%	0,3782
AME	41,01%	0,3007	38,48%	0,3022
AEAd - ME	2,23%	0,2269	3,88%	0,3048
AEAd - MI	5,95%	0,2704	9,06%	0,2434
AEAof	0,17%	0,2862	0,16%	0,2649
AEHd - ME	22,85%	0,2084	14,61%	0,2096
AEHd - MI	25,77%	0,2449	31,20%	0,2220
AEHof	0,06%	0,2618	0,27%	0,2369
Média	0,2645		0,2600	

Obs: 1) AEAd - ME+MI+of

8,36% 0,2591 13,10% 0,2619

AEHd - ME+MI+of

48,67% 0,2278 46,08% 0,2182

Os Conselheiros do Consecana-Paraná reunidos no dia 29 de Julho de 2.009 na sede da Alcopar, na cidade de Maringá, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprovam e divulgam o preço do ATR realizado em Julho de 2.009 e a projeção atualizada do preço da tonelada de cana-de-açúcar básica para a safra de 2009/2010, que passam a vigorar a partir de 01 de Agosto de 2.009. Os preços médios do Kg do ATR, por produto, obtidos no mês de Julho de 2.009 conforme levantamento efetuado pelo Departamento de Economia Rural e Extensão da Universidade Federal do Paraná, são apresentados a seguir:

### Projeção de preço da cana-de-açúcar - média do estado do Paraná - Safra 2009/2010 - preços em reais à vista

#### Preço dos produtos - PVU sem impostos

Produtos	Mix	Média
AMI	2,72%	34,27
AME	41,77%	28,32
AEAd - ME	3,70%	985,45
AEAd - MI	8,90%	805,10
AEAof	0,05%	775,03
AEHd - ME	8,84%	631,19
AEHd - MI	33,94%	702,65
AEHof	0,07%	664,24

#### Preço líquido do ATR por produto

Produtos	Mix	Média
AMI	2,72%	0,3886
AME	41,77%	0,3211
AEAd - ME	3,70%	0,3368
AEAd - MI	8,90%	0,2752
AEAd - MI	0,05%	0,2765
AEHd - ME	8,84%	0,2252
AEHd - MI	33,94%	0,2506
AEHof	0,07%	0,2369
Media		0,2870

#### PROJEÇÃO DO PREÇO DA CANA BÁSICA - R\$/t 121,9676 kg ATR

PREÇO	CAMPO	ESTEIRA
Preço básico	31,34	35,00
PIS/COFINS (*)	-	-
TOTAL	31,34	35,00

Maringá, 29 de julho de 2009.

Paulo Roberto Misquevis  
Presidente

Paulo Sidney Zambon  
Vice-Presidente

## CASA EM ORDEM

# Uma aula de como cumprir as legislações da propriedade

O programa Casa em Ordem surgiu da necessidade do agricultor atender todas as leis, decretos e instruções normativas que dizem respeito a propriedade rural. A FAEP desde 2003 realiza palestras que tratam dos assuntos agrários, ambiental, tributários, sanitários, previdenciários e trabalhistas.

Para que o evento ocorra o proprietário rural deve entrar em contato com o sindicato rural, que reunirá todos os produtores rurais da região interessados e agendará com a FAEP uma data e local onde será realizada a palestra.

Até o momento já foram realizadas 879 palestras do programa, e até o final do ano estão agendadas outras 70. Sendo que 50 serão direcionadas a turmas que participam do Programa Empreendedor Rural, as demais foram solicitadas pelos sindicatos.

A agricultora Geralda Aparecida Roberto Pereira, de Tomazina, contou que sempre procurou deixar sua propriedade em dia com a lei, porém depois de uma palestra do 'Casa em Ordem' em

2003 percebeu que não só ela, mas todos devem seguir a legislação. "A conscientização é a maior arma para evitar penalidades", falou.

O técnico do departamento sindical da FAEP Eleutério Czornei ressalta "Explicamos a legislação em vigor e também quais os benefícios que manter as obrigações em dia traz ao agricultor". Diz também que cada município tem suas peculiaridades e por isso o palestrante abre espaço

para que sejam discutidos os problemas que mais afetam a região.

O 'Casa em Ordem', foi base de projetos semelhantes pelo Brasil (confira o quadro). Ao final da palestra cada participante recebe uma cartilha explicativa da legislação vigente. A cartilha contém um roteiro de como o produtor deve proceder para deixar sua propriedade em dia com suas obrigações legais.

A FAEP estreita a relação entre o agricultor e o sindicato rural, uma vez que o sindicato deve fornecer informações referentes ao agronegócio, também prestar serviços e principalmente ser seu representante político. "As leis podem ser injustas e inadequadas, mas devem ser obedecidas enquanto não puderem ser revogadas ou modificadas", é o que diz o presidente do Sistema FAEP Ágide Meneguette na carta ao produtor rural que abre a cartilha.



"Acho que todo mundo deve seguir a legislação"  
Geralda Aparecida R. Pereira

## Casa em ordem



### Cartilha

- ▶ Foi feita em conjunto por todos os setores da FAEP
- ▶ É atualizada de acordo com a legislação em vigor
- ▶ Detalhada e de simples compreensão
- ▶ Resume de maneira geral temas abordados na palestra
- ▶ Distribuída a todos que participam do evento

## Programas criados a partir do Casa em Ordem

- ▶ CNA: Alerta aos produtores
- ▶ FAERJ: Fazenda Legal
- ▶ FAET: Campo Aberto
- ▶ FAESC: Roteiro para Produtor Rural
- ▶ FAEB: Roteiro para Organização do Produtor Rural
- ▶ FAEMA: Programa Casa em Ordem
- ▶ FAEMG: Brasil até Quando? (Uberaba/Uberlândia)
- ▶ FAEPA: Fazenda Legal

Fonte: Dpto. Sindical/FAEP

ITR

# O leão está de volta

ITR



De 10 de agosto a 30 de setembro, a Receita Federal receberá as Declarações de Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural de 2009 (ITR) de 480 mil produtores rurais paranaenses. É o Leão rugindo. Veja como declarar:

## Quem está obrigado

A pessoa física ou jurídica que, em relação ao imóvel rural a ser declarado, inclusive imune ou isento, seja, na data da efetiva entrega: I - proprietário, titular de domínio útil ou possuidora a qualquer título, inclusive usufrutuário;

II - um dos condôminos, quando na data da efetiva entrega da declaração, o imóvel

pertencer simultaneamente:

a) a mais de uma pessoa física ou jurídica, em decorrência de contrato ou decisão judicial; ou

b) mais de um donatário, em função de doação recebida em comum.

III - o inventariante, em nome do espólio, quando não estiver concluída a partilha, ou, se esse não tiver sido nomeado, o cônjuge meeiro, o companheiro ou o sucessor a qualquer título, nos casos em que o imóvel rural pertencer a espólio. Resumindo este item: a declaração deve ser feita em nome da pessoa falecida, incluindo os dados pessoais como CPF e data de nascimento.

## Como Preencher

I - Com o uso de computador, mediante a utilização do Programa Gerador da Declaração (PGD) do ITR 2009, que estará disponível em agosto no sítio da Receita Federal na Internet, no endereço <http://www.receita.fazenda.gov.br>; ou

II - em formulário, conforme modelo aprovado pela Instrução Normativa RFB n° 954, de 06 de julho de 2009.

Os 182 Sindicatos Rurais do Paraná possuem funcionários capacitados a preencherem a declaração do ITR 2009 dos produtores rurais, pela internet, que estiverem em dia com o pagamento da Contribuição Sindical Rural.



## Entrega

I – pela Internet, através do programa de transmissão Receitanet;  
 II – em disquete, nas agências do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica Federal, ou  
 III – em formulário, nas agências e nas lojas franqueadas dos Correios, ao custo de R\$ 4,00 (quatro reais).

## Pagamento do Imposto

O valor do Imposto pode ser pago em até 4 (quatro) parcelas não inferiores a R\$ 50,00. Caso o valor do ITR apurado seja inferior a R\$ 100,00, deve ser pago em uma parcela em qualquer agência bancária integrante da rede arrecadadora de receitas federais, mediante o Documento de Arrecadação de Receitas Federais. (DARF).

## Entrega Fora do Prazo

A entrega da Declaração do ITR 2009 após o dia 30 de setembro, gerará multa de 1% (uma por cento) ao mês/calendário ou fração de atraso, calculada sobre o total do imposto devido, não podendo seu valor ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), sem prejuízo de multa e juros de mora pelo imposto ou parte do imposto não recolhido.

## Base de Cálculo do VTN (Valor da Terra Nua)

1-Apura-se o valor venal do imóvel em 1º de janeiro de 2009;

- a) Deduzindo-se o valor das benfeitorias, das pastagens cultivadas ou melhoradas, das florestas plantadas e das culturas. Apura-se o valor da terra nua – VTN;
- b) Do VTN, são deduzidas automaticamente pelo programa as áreas não tributáveis, chegando ao VTNT(Valor da Terra Nua Tributável).

## Referência para Declarar o VTN 2009

O produtor rural paranaense deve ficar atento a uma tabela de valores de terra nua levantada anualmente para todos os mu-

nicipios do Paraná, pelo Departamento de Economia Rural - DERAL da Secretaria da Agricultura, órgão oficial responsável pela pesquisa nos termos do artigo 14 parágrafo n° 1º da Lei 9.393/96. Os valores de 2009 ali lançados devem servir de referência quando for declarar o ITR. A Secretaria da Receita Federal em procedimentos de fiscalização utiliza a tabela do DERAL para comparar com os valores declarados pelos detentores de terra neste Estado.

Você encontra a tabela de valores da terra nua no site da FAEP: [www.faep.com.br](http://www.faep.com.br)

## Alíquota do ITR

Através da Declaração do ITR, o produtor rural informa a área de preservação permanente (mata ciliar), de reserva legal, de benfeitorias, de pastagens, de lavouras (soja, milho, trigo, feijão, arroz, cana-de-açúcar, café, batata, etc.). Informa ainda os animais existentes na propriedade. Com base nestes dados, apura-se o GRAU DE UTILIZAÇÃO, que, por sua vez, faz gerar a alíquota. Quanto maior o grau de utilização, menor a alíquota do imposto e menor será o valor apurado do ITR.

## ITR e Reserva Legal

O ITR não incide sobre a área de Reserva Legal, desde que esteja averbada no registro do imóvel e o produtor rural tenha apresentado o Ato Declaratório Ambiental – ADA em 2009.

## ITR e APP

Para as hipóteses do art. 2º do Código Florestal, Lei n° 4.771/65, não precisa estar averbada no re-

gistro de imóvel. Neste caso, para que o ITR não incida sobre a área de preservação permanente, basta a existência real e que o produtor rural declare o ADA 2009. No caso das áreas de preservação permanente do art. 3º do Código Florestal, é necessário que a autoridade ambiental reconheça as áreas.

## Exigência do ADA

A Receita Federal não tem aceito, sem o ADA, que as áreas de reserva legal e de preservação permanente sejam declaradas como não tributáveis. O prazo também é 30 de setembro e deve ser apresentado ao IBAMA. A partir de 2007, o ADA tornou-se de entrega obrigatória todo o ano. O ADA após ser preenchido, gera um número de protocolo que deve ser informado em campo específico da Declaração do ITR 2009.

### \* Mais informações com:

Luiz Antonio Finco  
 ([luiz.finco@faep.com.br](mailto:luiz.finco@faep.com.br)) e  
 Altevir Getúlio De Góes  
 ([altevir.goes@faep.com.br](mailto:altevir.goes@faep.com.br))

**ITR 2009**  
 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural

**Prazo de entrega • 30 de setembro**

- Faça sua declaração no Sindicato Rural. É fácil, rápido e seguro.
- Facilite o trabalho. Leve com você a declaração do ano passado.

SISTEMA FAEP

# Deu na imprensa



## Novas Geadas

O meteorologista Luiz Renato Lazinski, do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) prevê novas geadas na maior parte das lavouras de trigo do Oeste e Norte do PR, Sul do MS e Paraguai. "Estas lavouras já estão espigando, emborrachando e florescendo, nem preciso dizer que o prejuízo vai ser grande", completa. Nas lavouras mais ao Sul do PR, SC e RS, ainda estão na fase inicial e as geadas são até benéficas. (Agrolink)

## Terras indígenas

Projeto de lei de autoria dos deputados Aldo Rebelo (PC do B-RJ) e Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) pretende que demarcações de terras indígenas sejam submetidas à aprovação do Congresso Nacional. Apresentada esta semana na Câmara, a proposta tem o objetivo de reduzir a polêmica em torno de demarcações que, em algumas situações, acabam tendo de ser arbitradas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). É o caso da Reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, que terá o julgamento concluído no próximo dia 18 com a entrega do voto do ministro do STF, Marco Aurélio Mello. (O Estado de São Paulo)

## Bolsa Família

O orçamento do Bolsa Família em 2009 é de R\$ 11,4 bilhões e deverá chegar a R\$ 11,8 bilhões, com a atual expansão do número de famílias atendidas: de 11,1 milhões, no início do ano, para 12,4 milhões em outubro. A partir de setembro, o governo dará um reajuste de 10% para "compensar a inflação." (O Globo)

## Prepare o bolso

Acordo firmado entre Brasil e Paraguai, que prevê o desembolso adicional de US\$ 240 milhões por energia gerada pela hidrelétrica de Itaipu, será custeado, em parte, pelo Tesouro, ou seja, pelos contribuintes que pagam impostos. (Correio Brasiliense)

## Assentados não querem título

Uma reivindicação que poderia parecer óbvia no processo de reforma agrária não existe na prática. Os assentados não têm interesse em assegurar o título de propriedade da terra que ocupam. Isso se explica por motivos bem práticos. Ao receber o título de propriedade, eles perderiam o direito a qualquer repasse de recursos do governo federal. Talvez isso explique porque apenas 106 das 12.480 famílias assentadas no Distrito Federal e no entorno têm título de propriedade da terra. Os sem-terra reclamam muito do governo federal, mas parecem querer ficar eternamente sob a sua proteção. (Correio Brasiliense)

## Carga Horária

Um estudo divulgado nesta quarta-feira pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em Brasília, aponta que, no período de 1988 a 2007, houve uma redução na carga horária do trabalhador brasileiro de 10,7%, de 44,1 para 39,4 horas semanais. O setor com maior redução na carga horária trabalhada foi o agrícola, 26,3%. Em 1988, a média era de 45,6 horas semanais e em 2007, o índice ficou em 33,6 horas.

## Recadastramento de armas



A Polícia Federal lançou dia 27 de julho, em Brasília, a Campanha Nacional de Recadastramento de Armas, que será veiculada em rede nacional de rádio e televisão, e tem por finalidade comunicar que o recadastramento é obrigatório para armas já registradas ou não. É simples, rápido e gratuito. Esta é a oportunidade única para regularizar armas sem registro, como as doadas ou recebidas por herança. O descumprimento coloca o dono de arma na ilegalidade. A lei 10.826/03 determina que todo cidadão que possua arma de fogo deve fazer o recadastramento até o dia 31 de dezembro de 2009. Este prazo não será mais prorrogado e não recadastrar implica crime de posse ilegal de arma, e pode tornar um cidadão de bem em um criminoso.

O recadastramento é simples, sem custo, e pode ser feito nos mais de 1.000 postos instalados dentro das lojas especializadas do setor, em todo país e identificados pela logomarca da campanha. A relação de postos está disponível no site: [www.recadastramento.org.br](http://www.recadastramento.org.br)

O recadastramento também pode ser feito pela internet, pelo site próprio onde o cidadão remete direto para o link da Polícia Federal, na página do recadastramento. Segundo explica a Polícia Federal, não há risco de confisco, a população pode fazer o recadastramento sem receios, pois ter uma arma é um direito garantido e consolidado no referendo. Pode ser feito em um posto autorizado ou mesmo pela Internet, leve o RG, CPF e os dados da arma, inclusive o registro antigo, se o tiver. A arma não deve ser levada ao local.

"No ritmo atual o Brasil levará 247 anos para ter educação de qualidade."

"70% do Conselho de Ética (do Senado) têm ficha com problemas" (O Estado de S. Paulo)

"Além de Alcântara, no Maranhão do Brasil terá outra base de foguetes. Será em Pecém (CE)." (Valor Econômico)

"Lula tira o pé do acelerador na defesa de Sarney, para evitar uma trombada com a opinião pública e ficar falando sózinho" (Eliane Cantanhêde - Folha de S. Paulo)



## Fale conosco

Se você tem eventuais dúvidas sobre questões previdenciárias ou técnicas poderá, além do site ([www.faep.com.br](http://www.faep.com.br)), acessar o endereço eletrônico: [previdencia@faep.com.br](mailto:previdencia@faep.com.br) ou os emails pessoais (abaixo de cada resposta), telefonar (41 2169 7988) ou enviar correspondência: (R. Mal. Deodoro, 450 – 14° and CEP 80010-010 – A/C da Comunicação Social)

### Cafeicultura



1 - A FAEP está expressando a realidade de mais de 80% dos produtores de café arábica do país. (veja página 9 e [www.faep.com.br](http://www.faep.com.br)). Poderão ser retirados dessa relação as propriedades planas, mecanizadas e localizadas em qualquer parte do país e, dos grandes grupos empresariais que não precisam dessa atividade para viver, que demandam pouca mão-de-obra (hoje juntamente com os insumos, o gargalo dos custos de produção).

A situação é tão séria para as demais propriedades/produtores, que por ventura alguém receba de herança uma propriedade montada, sem necessidade de novos investimentos, dentro de um ano a dois, estará comprometido financeiramente e ou sua propriedade em estado de abandono.

Então fica a pergunta: como equacionar a situação presente e futura da maioria dos produtores que está carregando um passivo de 4,2 bilhões de reais que é a dívida da cafeicultura brasileira? (Já que é impossível manter-se na atividade com café sendo comercializado nos níveis atuais de R\$ 240,00/saca).

Para pensar...

A dívida total da cafeicultura representa pouco mais de 3% do plano safra 2009/10 do país (107 bilhões de reais). Esta atividade, provavelmente emprega mais, do que todas as demais culturas juntas. Será então, que não está faltando sensibilidade e vontade política, para dar um basta nessa situação de penúria em que se encontram a grande maioria dos produtores de café arábica e de seus auxiliares, distribuídos por mais de 1.800 municípios brasileiros?

Parabéns FAEP pela manifestação em defesa dessa atividade centenária e precursora do desenvolvimento experimentado pelo país.

Produtor - Antonio Augusto Reis - Varginha - Minas Gerais

### Dívidas

2 -Possuo dívidas de custeio de safras anteriores - safras de 2004 a 2007- que foram alongadas e não consigo recursos para pagar a parcela de 2009, pois tive perdas com os problemas climáticos de seca e geadas. Tenho direito à renegociação se o meu município não decretou situação de emergência?

R - Para custeios, o Manual do Crédito Rural determina que independentemente de consulta ao Banco Central, ou seja, não depende de Resolução do Conselho Monetário Nacional, é devida a prorrogação da dívida, aos mesmos encargos financeiros antes pactuados no instrumento de crédito, desde que se comprove incapacidade de pagamento ao mutuário, em consequência de: a) dificuldade de comercialização dos produtos; b) frustração de safras, por fatores adversos; c) eventuais ocorrências prejudiciais ao desenvolvimento das explorações.

Não importa se a dívida é de custeio de anos anteriores, desde que o contrato esteja em dia e a parcela de 2009 não seja paga com recursos da produção colhida na safra, do seguro ou do Proagro, o produtor deve procurar a prorrogação no credor. Ocorre que se mesmo com as perdas, a renda gerada pela produção colhida e a soma de seguro e Proagro recebidos cobrir o financiamento de custeio, o produtor deverá efetuar o pagamento sem direito à prorrogação.

### 3 - Como faço para protocolar o pedido de prorrogação de crédito rural nos agentes financeiros?

Recomenda-se protocolar o pedido de prorrogação com laudo técnico de perdas assinado por assistente técnico e um quadro de capacidade de pagamento mostrando receitas e despesas da safra. Sempre protocole o pedido em duas vias, guardando a via recebida pelo gerente. Caso o gerente se negue a receber, fazer a entrega do documento no cartório de títulos e documentos (três vias de igual teor e datadas). Pedro Loyola é Coordenador do DTE/FAEP - ([pedro.loyola@faep.com.br](mailto:pedro.loyola@faep.com.br))

### 4 - Qual a documentação para averbação da Reserva Legal?

(Produtor de Paranavaí)

- Planta e Memorial descritivo do imóvel, georreferenciamento ao Sistema Geodésico Brasileiro;
- cópia da matrícula atualizada do imóvel;
- cópia do RG e CPF;
- cópia de quitação da ART-CREA do profissional habilitado;
- comprovante do pagamento da taxa de cadastro no SISLEG e da taxa de vistoria.

Obs. A documentação deve ser entregue no escritório do IAP. (Cartilha Casa em Ordem)

### Errata

## Módulos Fiscais, e não Rurais

Por erro nosso, saiu no Boletim Informativo 1060 a seguinte informação, na proposta de alteração do Código Florestal (página 4) no item "...Soma da área de RI e APR, mantidas funções originais, para todos os agricultores" opções para propriedades de até 6 Módulos RURAIS. O correto é Módulos FISCAIS.

## PREVIDÊNCIA

## João Cândido de Oliveira Neto

Consultor de Previdência Social da FAEP

## Respondendo aos sindicatos

O benefício Salário Maternidade concedido pelo INSS, causa dúvidas não só de Sindicatos Rurais, mas de trabalhadoras e produtoras rurais.

Veja a seguir alguns esclarecimentos:

**1 – O que é salário-maternidade?**

Salário-maternidade é o benefício que toda a mulher-segurada da Previdência Social tem direito de receber por um período de até 120 dias, em caso de parto ou adoção, se a criança tiver até 1(um) ano de idade. De 60 (sessenta) dias, se a criança tiver entre 1 (um) e 4 (quatro) anos de idade, e de 30 (trinta) dias, se a criança tiver de 4 (quatro) a 8 (oito) anos de idade.

**2- Quem tem direito?**

Tem direito a segurada que esteja em atividade ou contribuindo como facultativa (dona-de-casa), a desempregada, a trabalhadora avulsa, a empregada doméstica, a contribuinte individual e a segurada especial (produtora rural).

Como facultativa está incluída a mulher do produtor rural empregador.

**3 – Para ter direito a segurada tem que estar contribuindo?**

Não necessariamente, mas precisa comprovar a qualidade de segurada.

**4 – Como comprovar a qualidade de segurada?**

Quem estava contribuindo mantém a qualidade de segurada por até 12 (doze) meses após a cessão das contribuições. Este prazo pode ser prorrogado por até 24 (vinte e quatro) meses se já tiver pago mais de 120 (cento e vinte) meses.

**5 – E o tempo mínimo de contribuição?**

Independente de tempo mínimo, para as seguradas empregada, empregada doméstica e trabalhadora avulsa. Quando contribuinte individual (autônoma) e a facultativa, precisam comprovar, no mínimo 10 (dez) meses de contribuição. A trabalhadora rural, enquadrada como segurada

especial, precisa comprovar apenas o exercício de atividade rural por um período de 10 (dez) meses.

**6 – Qual a documentação necessária?**

Número de Identificação do Trabalhador – NIT (PIS, PASEP) ou número de inscrição de contribuinte individual, de facultativa, de empregada doméstica ou de segurada especial (produtora rural). A contribuinte individual e segurada facultativa deverá apresentar os comprovantes de recolhimento à Previdência Social (guias ou carnês de recolhimento de contribuições). A empregada doméstica deverá apresentar a Carteira de Trabalho e comprovantes de recolhimento, através da Guia da Previdência Social-GPS.

**7 – Quem paga o salário-maternidade?**

A segurada que possui vínculo empregatício receberá diretamente da empresa, que compensará quando do recolhimento das contribuições incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física ou jurídica que lhe preste serviços. As demais, diretamente do INSS.

**8 – Qual o valor do salário-maternidade?**

Para a segurada empregada e trabalhadora avulsa, a valor será correspondente a sua remuneração integral. Para a empregada doméstica em um valor correspondente ao do seu último salário-de-contribuição. Para as demais seguradas o valor de 1 (um) salário-mínimo.

Concluindo, esclarecemos que a Lei nº. 11.770/08 aumentou para 180 (cento e oitenta) meses o salário-maternidade, entretanto continuará a ser pago pelo INSS apenas 120 (cento e vinte) dias. Os demais 2 (dois) meses serão pagos pelo empregador pessoa jurídica que aderir ao programa, mediante uma compensação tributária.



FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ

Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar

Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná

Fone: 41 2169-7988 Fax: 41 3323-2124

email: faep@faep.com.br - site: www.faep.com.br

**Presidente:**

Ágide Meneguette

**Vice-Presidentes**

Moacir Micheletto

Guerino Guandalini

Nelson Teodoro de Oliveira

Francisco Carlos do Nascimento

Ivo Polo

Ivo Pierin Júnior

**Diretores Secretários**

Livaldo Gemin

Pedro Paulo de Mello

**Diretores Financeiros**

João Luiz Rodrigues Biscaia

Paulo José Buso Júnior

**Conselho Fiscal**

Sebastião Olímpio Santarozza

Luiz de Oliveira Netto

Lauro Lopes

**Delegados Representantes**

Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia,

Francisco Carlos do Nascimento, Renato Antônio Fontana

**SENAR - Administração Regional do Estado do Paraná**

Av. Marechal Deodoro, 450 - 16º andar

Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná

Fone: 41 2106-0401 - Fax: 41 3323-1779

e-mail: senarpr@senarpr.org.br

site: www.senarpr.org.br

**Conselho Administrativo****Presidente**

Ágide Meneguette - FAEP

**Membros Efetivos**

Ademir Mueller - FETAEP

Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC

Darci Piana - FECOMÉRCIO

Wilson Thiesen - OCEPAR

**Conselho Fiscal - Membros Efetivos**

Sebastião Olímpio Santarozza

Luiz de Oliveira Netto

Jairo Correa de Almeida

**Superintendência**

Ronei Volpi

BOLETIM  
Informativo**Jornalista responsável:**

Paulo R. Domingues (DRT-PR 1512)

Marcos Tosi (redator)

Cynthia Calderon (redatora)

imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pelas  
Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR  
Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

## SENAR-PR

# Ipiranga promove cursos de Apicultura e Meio Ambiente

O Sindicato Rural de Ipiranga realizou, de 21 a 24 de julho, curso de Apicultura com a participação de 14 alunos. O curso aconteceu em parceria com o Departamento de Agricultura e Meio Ambiente do município e foi ministrado por Sebastião Ramos Gonzaga, do SENAR-PR.

O sindicato realizou também dia 22 de julho curso sobre recomposi-

ção de mata ciliar, ministrado pelo instrutor do SENAR-PR Emersom Mazzoqueto Batista, e contou com 11 participantes.

“O curso foi muito importante”, diz Cicero Roberto Festa, “pois podemos tirar todas nossas dúvidas tanto quanto a recomposição de vegetação ciliar como as leis ambientais”.

## GUARAPUAVA

## Mais de 300 produtores rurais comemoraram o Dia do Agricultor



Produtores rurais da região prestigiaram a confraternização do Dia do Agricultor, promovida pelo Sindicato Rural de Guarapuava na terça-feira, 28. O evento foi realizado, simultaneamente, em Guarapuava, Cândói e Cantagalo, atraindo 300 pessoas.

Segundo o presidente da entidade, Cláudio Marques de Azevedo, este foi um momento festivo, que teve a participação da di-

retoria e dos colaboradores, que divulgaram os serviços, cursos profissionalizantes e benefícios que a entidade oferece aos produtores.

Muitos produtores rurais aproveitaram a oportunidade para se associar à entidade. “Tivemos a presença de produtores e de representantes de empresas e entidades parceiras do Sindicato Rural”, conta Azevedo.

## CSA

A nova diretoria do Conselho de Sanidade Agropecuária de Maringá, presidida por Francisco Valias Didier, estabeleceu uma série de desafios sanitários para serem enfrentados entre final de outubro deste ano e 2010. A racionalização na aplicação de agrotóxicos e uso de EPI, o controle da qualidade da água que abastece lavouras de hortis, o recolhimento de estoques remanescentes de BHC, a melhoria nos índices de vacinação contra brucelose e tuberculose nos bovinos e a eliminação da comercialização de produtos de origem animal sem inspeção, estão entre eles.

## NOVA DIREÇÃO

Sueli Maria Bachim dos Santos tomou posse da presidência do Sindicato Rural de Uraí no dia 21 de julho, para o triênio 2009/2012. Roberto Mitio Fujimori assumiu como vice-presidente e como secretários tomaram posse Carlos Roberto Tamura e Fabio Eliezer Favarsani. (sem foto)

## QUALIDADE

Entre 21 de julho e 24 de novembro, Sindicato Rural de Tibagi e SENAR-PR se somam aos técnicos da Perdigão para orientar agricultores na melhor gestão de suas propriedades, pelo curso De OLHO na Qualidade Rural. O objetivo é melhorar a qualidade de vida do cidadão do campo por meio de projetos organizacionais.

## FRUIT &amp; LOG

De 08 a 10 de setembro será realizada em São Paulo a Feira Internacional de Frutas e Derivados, Tecnologia de Processamento e Logística. Ela foi criada para ampliar as oportunidades de produção, logística, distribuição e negócios de toda a cadeia de frutas, legumes, verduras e seus procedentes.

Local: Pavilhão Amarelo da Expo Center Norte. Na Rua Otto Baumgart, 1.000, bairro Vila Guilherme - São Paulo.

## GESTÃO RURAL EM GUARAPUAVA

Dos dias 20 a 24 de julho foi realizado o Curso Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvipastoril em Guarapuava. O curso contou com 18 participantes e foi ministrado pelo instrutor do SENAR-PR Sandro Pio Passarin. As aulas práticas e teóricas deram destaque para elaboração do planejamento estratégico da empresa rural.

## TREINAMENTO

# Paraná tem simulação de guerra contra gripe aviária

O primeiro “Simulado Nacional de Emergência Sanitária Avícola do Brasil” foi realizado na semana passada em Astorga, Arapongas, Pitangueiras e Sabáudia, no norte do Estado.

O exercício de guerra contra a influenza aviária, conhecida como a gripe do frango, foi organizado e executado por técnicos dos governos estadual e federal e também da Organização Pan-Americana de Saúde. Em matéria da jornalista Fernanda Mazzini, o jornal “Folha de Londrina” revelou que “o Paraná foi escolhido como local deste treinamento por ser o maior exportador de frangos e porque no caso de um eventual foco, provocaria um grande impacto econômico. Só no Paraná são 600 mil pessoas empregadas no setor avícola.



Fotos: Fábio Ciquini - Jornal Folha de Londrina



Durante o treinamento foram simuladas situações reais que retratava todo tipo de dificuldade e ações que os técnicos devem tomar em caso de encontrarem um foco da influenza aviária. “A difusão do vírus é muito rápida, em 90 dias atingiu 160 países”, disse Júlio Cesar Augusto Pompei, médico veterinário da Organização Pan-Americana de Saúde Animal, à “Folha”.

No início de julho, um treinamento foi realizado no Rio Grande do Sul contra peste suína clássica, e já está previsto um exercício de combate à febre aftosa no Mato Grosso. “Estes treinamentos devem se tornar rotina e também repetidos em outros estados. É necessário criar uma cultura de sanidade animal”, disse Celso Doliveira, médico-veterinário do Departamento Técnico Econômico da FAEP.

## Imagem para o mercado

De acordo com Doliveira, a escolha do Paraná para sediar esta simulação deve-se também a avaliação positiva que o estado teve na última auditoria do Ministério da Agricultura. “Os treinamentos servem para a formação de técnicos oficiais e de empresas privadas no futuro”, disse.

A participação dos Conselhos Municipais de Sanidade Agropecuária (CSA) deverá ser maior na medida em que estes treinamentos ocorram com maior frequência, pois é fundamental que toda a comunidade esteja preparada para enfrentar situações de emergência.

“A crescente capacidade de atender com competência e rapidez às emergências sanitárias melhora a imagem do Brasil junto das organizações internacionais de sanidade animal e também aos mercados”, disse Doliveira.

## MERCADO DE ORGÂNICOS

# Rodada de negócios aproxima permissionário e produtores

Desde a inauguração do espaço para produtos orgânicos no Mercado Municipal de Curitiba esta foi a primeira rodada de negócios que aproxima permissionário e produtor de orgânico. O SENAR-PR e o SEBRAE-PR realizaram, no dia 24 de julho, uma rodada entre produtores e permissionários. “O dono da banca estava comprando produtos de fora e os produtores de orgânicos da região metropolitana de Curitiba estavam vendendo para outras regiões”, disse Maria Isabel Guimarães, consultora do SEBRAE-PR.

O diretor da Cooperativa Agrícola Familiar Integrada (Coopafi), de Francisco Beltrão, Oziel Wucher, falou que uma das dificuldades para o permissionário é ter mercadoria na gôndola o ano todo, e que por isso essa conversa com os produtores é muito importante. O fornecimento de produtos é o tema mais ouvido nas negociações por parte dos comerciantes do mercado. Enquanto que os produtores



Oziel Wucher e Irineu Setim

buscavam preços adequados para seus produtos.

O produtor Luiz Bonin disse que o preço a ser praticado pelo comerciante de orgânicos deve ser de acordo com a realidade do produtor.

“Não adianta o comerciante comprar por dois e querer vender por quatro. Isso vai afastar o consumidor e quebrar a cadeia produtiva. É um tiro no pé”, falou Bonin.

Segundo o supervisor do SENAR-PR, Luis Guilherme Lemes, houve uma necessidade de qualificar o funcionário que trabalha na banca do Mercado Municipal. Devido à diferença de preços entre o produto orgânico e o convencional, o consumidor precisa ser informado de toda a cadeia produtiva dos orgânicos. Assim o consumidor vai entender o valor do produto orgânico.

Tanto produtores quanto permissionários concordam quanto ao diferencial entre orgânicos e convencionais que é a preservação do meio ambiente. “Não é só por economizar com agrotóxicos, o produtor de orgânico tem uma qualidade de vida melhor. Em nossas propriedades o ar não tem aquele cheiro de veneno”, disse o produtor Irineu Setim de Tijucas do Sul.



A rodada de negociações foi no espaço de orgânicos do Mercado Municipal de Curitiba

# GRIFE (H1N1) PREVINA-SE

A **Influenza A(H1N1)** é uma doença respiratória aguda e a transmissão ocorre de pessoa a pessoa, principalmente por meio de tosse, espirro ou contato com secreções respiratórias de pessoas infectadas. Saiba como se prevenir da gripe adotando medidas simples:



Lavar as mãos frequentemente com água e sabão, especialmente depois tossir ou espirrar.



Ao tossir ou espirrar, cobrir o nariz e a boca com um lenço, preferencialmente, descartável.



Não compartilhar alimentos, copos, toalhas e objetos de uso pessoal.



Pessoas com qualquer gripe devem evitar ambientes fechados e com aglomeração de pessoas.



Não usar medicamentos sem orientação médica. A automedicação pode ser prejudicial à saúde.



Abra janelas e deixe o ar entrar, em casa, no trabalho e nos ônibus.



Evite tocar seus olhos, nariz ou boca sem, antes, lavar as mãos.



Procure o seu médico ou a unidade de saúde mais próxima em caso de gripe para diagnóstico e tratamento adequados.

## ATENÇÃO

Se você estiver com febre acima de 38°C, tosse e apresentar dificuldade respiratória, procure o seu médico ou a unidade de saúde mais próxima.

SISTEMA FAEP



### Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná  
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar  
Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná

### EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- |   |  |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se                                 | <input type="checkbox"/> Falecido      |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido                             | <input type="checkbox"/> Ausente       |
| <input type="checkbox"/> Recusado                                 | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente                    |  |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado                 |  |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico |  |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Responsável